



31 DE JANEIRO DE 2018

Quarta-feira

- **A REINVENÇÃO DO SISTEMA SINDICAL BRASILEIRO**
- **MEIRELLES DIZ QUE PROCESSO DE REDUÇÃO DA DÍVIDA DAS EMPRESAS ESTÁ COMPLETO**
- **ARTIGO: INDÚSTRIA 4.0**
- **PROPOSTA SUSPENDE REGRA DE TRIBUTAÇÃO INCIDENTE SOBRE INVESTIDOR-ANJO DE MICROEMPRESA**
- **INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E START-UPS SE UNEM PARA CRIAR NOVAS FERRAMENTAS**
- **START-UPS INVESTEM PARA AMPLIAR ACESSO AO MICROCRÉDITO NO BRASIL**
- **START-UPS FINANCEIRAS CRECEM EM SETORES COMO EMPRÉSTIMO E POUPANÇA**
- **EMPRÉSTIMO COLETIVO PERMITE QUE PEQUENO INVESTIDOR FINANCIE EMPRESAS**
- **CONFIANÇA DE SERVIÇOS SOBE 2,4 PONTOS EM JANEIRO ANTE DEZEMBRO, REVELA FGV**
- **INADIMPLÊNCIA DO CURITIBANO SOBE 1,3% EM DEZEMBRO**
- **PLATAFORMAS PERMITEM RENEGOCIAR DÍVIDAS SEM TER DE FALAR COM BANCOS**
- **REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO ABAIXO DO PREVISTO GERA ECONOMIA DE R\$ 7 BI**
- **CONFLITO FAMILIAR PODE ALTERAR DESENHO SOCIETÁRIO DA CSN**
- **A VOLTA DO BRASIL AO BAIXO CRESCIMENTO**
- **RIQUEZA GLOBAL CRESCERÁ 66% EM 20 ANOS, DIZ BANCO MUNDIAL**
- **BRASIL CRESCERÁ OU FICARÁ PARA TRÁS NA ECONOMIA MUNDIAL**
- **DESEMPREGO ENCERRA 2017 EM 11,8% EM ANO MARCADO PELA INFORMALIDADE**
- **MARUN: EMPRÉSTIMOS DA CAIXA A MUNICÍPIOS ESTÃO SUSPENSOS E FICAM SUSPENSOS**
- **COM NOVAS REGRAS E JUROS BAIXOS, FUNDOS DEVEM QUADRUPLOCAR APOORTE FORA DO BRASIL**
- **EMPRESÁRIOS TÊM INSEGURANÇA COM REFORMA**
- **MEIRELLES REITERA CONFIANÇA NA APROVAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA**
- **PESQUISA FEITA A PEDIDO DO GOVERNO DIZ QUE 44% SÃO CONTRA A REFORMA**

- IDEIAS SOBRE PREVIDÊNCIA PRECISAM DE COMPROMISSO DE VOTO, DIZ MINISTRO
- FALTAM POUCOS VOTOS PARA APROVAR REFORMA DA PREVIDÊNCIA, DIZ BETO MANSUR
- AGORA A TAREFA CABE AO CONGRESSO, DIZ BETO MANSUR SOBRE PREVIDÊNCIA
- MEIRELLES: EXISTEM DIVERSAS CONTAGENS SOBRE PREVIDÊNCIA, E SÃO IMPRECISAS
- MARCA DO GRUPO CATERPILLAR ESPERA RETOMADA DE MÁQUINAS DE CONSTRUÇÃO
- CAMEX REDUZ PARA 2% TAXA DE IMPORTAÇÃO DE ANIDRO E DE CHAPAS DE ALUMÍNIO
- ARCELORMITTAL VÊ DEMANDA GLOBAL DE AÇO CRESCENDO ATÉ 2,5% 2018, COM DESTAQUE PARA BRASIL
- BRASIL TEM POTENCIAL PARA 150 MIL CARROS ELÉTRICOS POR ANO
- HONDA CG 160 CARGO RECEBE FREIOS COM CBS

CÂMBIO EM 31/01/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,163	3,163
Euro	3,940	3,942

Fonte: BACEN

A reinvenção do sistema sindical brasileiro

31/01/2018 – Fonte: Tribuna PR

É importante que trabalhadores e patrões tenham entidades que os representem, mas sua atuação precisa ter objetivos bem focados na representação de suas categorias ou setores



Albari Rosa/Gazeta do Povo

A modernização da legislação trabalhista brasileira, aprovada no ano passado pelo Congresso Nacional e que vigora desde novembro, trouxe inúmeros avanços nas

relações entre empresas e seus colaboradores. O estabelecimento de regras mais condizentes com a realidade atual do mercado de trabalho foi, sem sombra de dúvida, um importante passo no processo de criação de um ambiente mais favorável aos negócios no país – fator fundamental para que possamos reencontrar o rumo do desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, a reforma trabalhista trouxe certo dilema para as entidades sindicais, tanto laborais quanto empresariais. Isso por tornar facultativa a chamada contribuição sindical, uma das principais fontes de financiamento dessas instituições e de todo o sistema de representação do país.

Até então, trabalhadores e empresas eram obrigados a pagar essa contribuição, uma vez ao ano, para os sindicatos que defendem suas respectivas categorias econômicas ou profissionais. A partir deste ano, o pagamento passa a ser voluntário, o que, ao que tudo indica, vai causar impactos significativos no caixa de boa parte dessas instituições.

O fim da obrigatoriedade da contribuição não pode significar o fim da representação sindical

Apesar das incertezas, o fato é que essa medida também tem aspectos positivos, uma vez que pode corrigir graves distorções que surgiram no sistema sindical brasileiro, especialmente nos últimos anos. Do lado das entidades laborais, havia um excesso de arrecadação, estimulando a criação de inúmeros novos sindicatos.

Esse não seria um problema em si, mas o movimento sindical perdeu seu objeto original e tomou uma dimensão distante da realidade. Muitas dessas instituições não têm atuação efetiva na defesa dos trabalhadores das categorias profissionais que representam, e há as que são utilizadas para criar verdadeiras facções políticas e movimentos ideológicos, com estruturas inchadas voltadas quase que exclusivamente para esses fins.

Muito por causa disso, o Brasil possui um número excessivo de instituições sindicais. No total, segundo dados oficiais do Ministério do Trabalho, são 16,6 mil sindicatos em atividade no país atualmente – a maioria deles criada a partir de 2006, durante governos petistas. São 11,4 mil que representam empregados e 5,2 mil de empregadores. Para se ter uma ideia do tamanho dessa discrepância, basta comparar com a situação de outros países. Levantamentos mostram que, nos Estados Unidos, atuam cerca de 190 sindicatos; no Reino Unido, são 168; e, na vizinha Argentina, apenas 91.

O fim da contribuição sindical obrigatória deve, portanto, ser encarado como oportunidade para uma revisão do sistema sindical brasileiro. Trabalhadores e empreendedores são aqueles que se dedicam à sustentação da economia do país. Por isso, é importante que tenham, sim, entidades que os representem. Porém, a atuação dessas instituições precisa ter objetivos bem focados na representação de suas categorias ou setores, com os recursos que recolhem sendo destinados exclusivamente para esse fim, sem distorções.

No caso dos sindicatos empresariais filiados à Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), não há como negar que existe certa preocupação de que a representatividade de alguns segmentos possa ser comprometida com a queda na arrecadação devido ao fim da obrigatoriedade da contribuição.

Mas estamos seguros de que é por meio da união de esforços nos sindicatos que se garante a defesa dos interesses do setor. Além disso, diretamente por essas instituições ou em parceria com o Sistema Fiep, são ofertados inúmeros serviços que vão muito além das negociações coletivas. As empresas têm acesso a cursos gratuitos com conteúdos específicos voltados a cada segmento, consultoria jurídica, organização

de missões para conhecer novos mercados, acesso facilitado a linhas de financiamento e programas para ampliar a competitividade da indústria, entre tantas outras ações.

Por tudo isso, fica claro que o fim da obrigatoriedade da contribuição não pode significar o fim da representação sindical. Temos certeza de que o associativismo, com a união de esforços na busca de objetivos comuns, ainda é o principal caminho especialmente para que o setor industrial supere as inúmeras dificuldades que vem enfrentando há anos e que foram agravadas pela crise recente econômica que atravessamos. Só assim conseguiremos manter uma indústria forte, que contribua cada vez mais com a geração de emprego e renda e para o desenvolvimento econômico e social do Paraná e do Brasil.

(Edson Campagnolo é presidente da Federação das Indústrias do Paraná - Fiep).

Meirelles diz que processo de redução da dívida das empresas está completo

31/01/2018 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse nesta terça-feira, 30, que o ciclo de desalavancagem (redução da dívida) da economia chegou ao fim.

Ao participar de seminário do Credit Suisse na zona sul da capital paulista, o ministro apresentou números que mostram que a relação entre a dívida líquida e a geração de caixa das empresas recuou até se estabilizar num nível de 2,6 vezes desde março do ano passado.

Meirelles lembrou que o aumento do endividamento de empresas e famílias durante a recessão atrasou o processo de recuperação econômica. Mas agora, como as empresas mostram maior equilíbrio financeiro, os investimentos dão sinais claros de retomada. Ele reafirmou em sua fala que o crescimento econômico se espalhou pelos setores e que a correlação entre retomada da confiança e aumento do consumo indicam uma tendência de crescimento cada vez mais forte da atividade econômica até o fim do ano.

Previdência

Meirelles reiterou no evento a expectativa de que a reforma da Previdência seja votada e aprovada no mês que vem.

Após mostrar, em gráfico, que o regime que estabeleceu um teto aos gastos públicos não seguirá em pé sem a reforma, Meirelles disse ver consenso no Congresso de que as finanças públicas ficarão inviáveis sem a mudança nas regras das aposentadorias. Apesar disso, reconheceu as dificuldades em conseguir apoio à matéria. "Mudar a Constituição não é trivial, é difícil", comentou Meirelles durante seu discurso.

O titular da Fazenda ressaltou que os que ganham os maiores salários serão as mais afetadas pela reforma, lembrando que as pessoas de baixa renda já se aposentam hoje por idade e não pelo tempo mínimo de contribuição (35 anos) que permite as aposentadorias precoces.

Ele comentou que as regras de transição da reforma permitem a aposentadoria com 55 anos. "Essas pessoas que estão se aposentando com 65 anos vão se aposentar, na verdade, mais cedo", salientou Meirelles.

Ao ressaltar as distorções do sistema previdenciário brasileiro, o ministro também observou que, enquanto no México as pessoas se aposentam com 72 anos, no Brasil, a idade média de aposentadoria é de 59,5 anos.

Privatização da Cedae

Meirelles classificou como "inexorável" a privatização da Cedae, empresa de saneamento do Rio de Janeiro. A venda da estatal foi uma das condições aceitas pelo Estado para entrar no Regime de Recuperação Fiscal e receber um empréstimo para saldar salários devidos a servidores.

"A lei foi aprovada e o empréstimo foi aprovado com condições restritas", comentou Meirelles ao ser questionado no seminário se o governo do Rio de Janeiro estaria mostrando resistência à venda da companhia.

Artigo: Indústria 4.0

31/01/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo



Na maioria dos países que costumam pensar uma geração à frente, existe uma enorme preocupação com a chamada "quarta revolução industrial". Ela incorpora ao processo produtivo o uso das fantásticas novas tecnologias de informação e de inteligência artificial.

Na velha indústria, a oferta em massa criava os produtos, mas limitava o poder de escolha da demanda. Na nova forma de organização da produção, há íntima interação entre a demanda individual e a estrutura produtiva que desde a origem gera o bem ou serviço que atende a uma particular demanda. As necessidades do consumidor individual controlam o processo produtivo.

Um exemplo cotidiano dessa modificação é testemunhado (mas não percebido) pela maioria dos adoradores de uma "boa cerveja". Assiste-se a uma rápida multiplicação de minicervejarias (que ampliam a escolha do consumidor). Não é mais o fabricante em massa que impõe ao consumidor sua escolha, mas é o consumidor que controla a qualidade e a nova escala de produção.

O exemplo anedótico acima dá a dimensão da revolução que atinge a todos os setores industriais (cada vez menos separados dos serviços). Ela sugere que desde a produção de tecidos até o mais sofisticado bem de capital ("comoditizados") passam a responder, instantaneamente, à necessidade de cada consumidor. O novo "mercado virtual" da "quarta revolução industrial" terá uma ligação imediata entre o consumidor final que especifica o que deseja e o produtor que vai atendê-lo diretamente.

Nos países preocupados com o problema (Alemanha, China, Coreia do Sul, Inglaterra, França e EUA) aprendeu-se que tal ruptura da "filosofia produtiva" dificilmente poderá ser feita sem o suporte de uma política industrial bem construída pelo Estado.

Ela envolve uma microeconomia que ainda está para ser desenvolvida, pois a "oferta" e a "procura" não são independentes. É por isso que os economistas que misturam "ciência" com a ideologia "liberalista" devem ressignificar a "política industrial" e tomar cuidado com suas opiniões dogmáticas apoiadas num marginalismo em via falimentar.

No Brasil já temos alguns estudos sobre o problema. A Abdi (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial), a Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção) e o Senai de São Paulo têm explorado o conceito de minifábricas integradas aos consumidores. Para quem tem interesse, creio que uma boa referência sobre o

assunto é o magnífico livro do engenheiro Flavio da Silveira Bruno ("A Quarta Revolução Industrial do Setor Têxtil e de Confecção", 2ª edição, da editora Estação das Letras e Cores) ou consultar o senhor Fernando Valente Pimentel, presidente da Abit.

(Antonio Delfim Netto- Ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici), é economista e ex-deputado federal).

Proposta suspende regra de tributação incidente sobre investidor-anjo de microempresa

31/01/2018 – Fonte: Câmara dos Deputados

Investidor-anjo é uma pessoa física ou jurídica que aplica recursos próprios em empreendimentos que estão começando, em geral pequenas empresas de inovação, as startups

Billy Boss/Câmara dos Deputados



Otavio Leite: norma atual impõe uma pesada e incompatível tributação ao investidor-anjo

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Decreto Legislativo 719/17, do deputado Otavio Leite (PSDB-RJ), que suspende as regras de tributação de rendimentos de aportes de capital dos chamados investidores-anjo para micro e pequenas empresas. A proposta susta a Instrução Normativa (IN) 1.719/17, da Receita Federal.

O investidor-anjo é uma pessoa física ou jurídica que resolve aplicar recursos próprios em empreendimentos que estão começando, em geral pequenas empresas de inovação, as *startups*. A instrução da Receita foi criticada justamente por tributar alguém que está investindo dinheiro em uma operação de risco, quando poderia aplicá-lo em fundos de renda fixa ou em ações.

Pela norma, a tributação sobre os rendimentos do aporte de capital é de 15%, como definida atualmente pelo Estatuto da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar 123/06), apenas em casos de contratos de participação por mais de 720 dias. Contratos com prazos menores têm alíquota a partir de 22,5% (participação de até 180 dias). Antes da edição da IN, a alíquota de 15% era aplicada para todos investimentos.

De acordo com Leite, a matriz tributária da norma "coloca uma pá de cal" no investidor-anjo, ao equipará-lo a um investidor em renda fixa, "impondo-lhe uma pesada e incompatível" tributação. "O aporte de capital do investidor-anjo é caracterizado pelo risco do investimento; já a renda fixa não gera risco", criticou.

Tramitação

A proposta será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, seguirá para o Plenário da Câmara.

- Íntegra da proposta:
- [PDC-719/2017](#)

Instituições financeiras e start-ups se unem para criar novas ferramentas

31/01/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

O número de start-ups do setor financeiro, as chamadas fintechs, passou de 54, em 2015, para 366, em 2017, de acordo com dados da organização Fintechlab. Atentas a esse crescimento, as grandes empresas da área estão apostando em parcerias com as "novatas" como meio de inovar.

"As fintechs estão presentes em diversas áreas, desde conta-corrente, crédito e investimentos, até mercado cambial e criptomoedas. Isso está atraindo cada vez mais as grandes instituições, que estão interessadas na troca de conhecimento", afirma Bernardo Pascovich, diretor da ABFintech (Associação Brasileira de Fintechs).

Rafael Roncato/Folhapress



Centro de inovação do banco Bradesco, em Alphaville, na Grande São Paulo

O Bradesco investe nesse tipo de parceria desde 2015, com um programa que permite às start-ups trabalhar com clientes reais.

O projeto já resultou na contratação de nove empresas. Duas delas receberam investimentos do banco.

Uma delas é a Rede Frete Fácil, que desenvolveu uma plataforma de gestão de caminhoneiros autônomos integrada ao cartão Bradesco Transporte, para o pagamento eletrônico de frete.

Entre os serviços oferecidos, é possível contratar entregas, localizar veículos disponíveis e divulgar cargas que precisam de transporte.

SEDE PRÓPRIA

O resultado levou o Bradesco a investir em duas sedes voltadas especialmente à incubação de novas empresas.

A primeira, aberta neste mês, é um espaço de 1.700 metros quadrados em Alphaville, na Grande São Paulo.

Nele, as start-ups trabalham com equipes do banco e com parceiros da área de tecnologia como Cisco, Google, IBM e Microsoft.

O segundo espaço será um coworking em um edifício no centro de São Paulo, com previsão de abertura no início de fevereiro. O local será dedicado a negócios baseados em tecnologias como big data, algoritmos, inteligência artificial e internet das coisas.

"Trabalhar ao lado de profissionais inovadores traz para as grandes instituições financeiras outra visão de negócio. Estamos aprendendo a manter um olhar mais próximo às necessidades do cliente", diz Luca Cavalcanti, diretor-executivo do Bradesco.

A Visa instalou seu centro de inovação na própria sede da companhia, em São Paulo, em outubro de 2016.

Nele, colaboradores e start-ups trabalham juntos para desenvolver novos meios de pagamento e criar soluções.

"Não desenvolvemos somente projetos que são de nosso interesse. Temos clientes que podem apresentar algum problema. Assim, convidamos as fintechs para nos ajudar a criar uma solução que melhor se enquadre", diz Erico Fileno, diretor-executivo de inovação da Visa.

Zé Carlos Barretta/Folhapress



Marcelo Pimenta, diretor de inovação do Serasa Experian

Uma delas, a Smarter, especializada em inteligência artificial, ajudou a criar um sistema de chat automático pelo Facebook, usado no site Shop Fácil, canal de compras on-line do banco Bradesco.

O Serasa Experian, de análise de crédito, também apostou na criação de um laboratório de inovação, em 2016.

O espaço conta com 20 cientistas de dados e profissionais de start-ups, clientes da empresa e universidades. Entre os projetos está uma plataforma que usa geolocalização para entender o comportamento do consumidor.

"O objetivo é auxiliar as empresas e anunciantes em suas ações de marketing", afirma Marcelo Pimenta, diretor de inovação do Serasa Experian.

Start-ups investem para ampliar acesso ao microcrédito no Brasil

31/01/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Pequenos comércios de bairro, costureiras, oficinas automotivas. O universo de microempresas no Brasil é estimado em 30 milhões de pequenos negócios, que frequentemente esbarram nas dificuldades para obter crédito nos bancos tradicionais.

O microcrédito, que engloba financiamentos de até R\$ 15 mil direcionados a essas empresas, é irrisório no país: não chega a 0,5% das operações do SFN (Sistema Financeiro Nacional), segundo um levantamento realizado em 2015 pelo Banco Central.

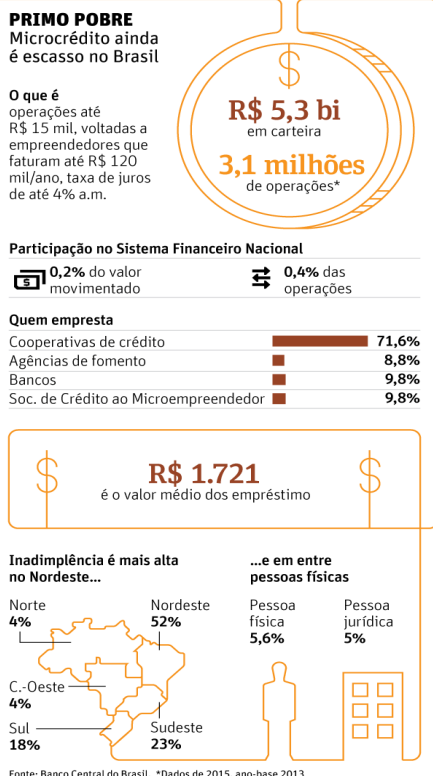
O cenário do BC, porém, não contabiliza a entrada das fintechs –que unem soluções financeiras com tecnologia– no jogo. Com propostas mais inovadoras nas análises de risco e menos dependentes de burocracia, as start-ups veem no microcrédito um nicho importante para suprir a lacuna de crédito para os empreendedores invisíveis para outros agentes financeiros.

"Os bancos e financeiras no Brasil não contemplam o microempreendedor da base da pirâmide, que é justamente quem mais precisa de crédito", afirma Bernardo Bonjean, 40, ex-executivo do mercado financeiro que criou em 2012 a Avante, fintech cujo foco são os pequenos negócios de periferias e áreas carentes.

A inovação está presente em diversas frentes. A Avante não tem agência fixa, mas está presente em mais de cem cidades de Ceará, Maranhão, Pernambuco e São Paulo

com agentes de crédito que visitam microempresários em periferias e comunidades rurais.

Editoria de Arte/Folhapress



Com entrevista e análise de um software desenvolvido pela empresa, o agente consegue calcular, na hora, o risco do potencial cliente –em muitos casos, a pessoa tem seu perfil aprovado mesmo que tenha restrições na praça. Embora o risco pareça alto, a taxa de inadimplência média é da ordem de 6%.

Com essa estratégia, a Avante construiu uma carteira de R\$ 200 milhões em cinco anos, com tíquete médio de R\$ 2.500 e empréstimos que começam em R\$ 400.

A empresa está diversificando a oferta de serviços financeiros (lançou um aplicativo que permite ao empresário oferecer parcelamento das compras) e terá ainda uma modalidade de conta corrente para aqueles que hoje estão fora do sistema bancário. A meta é alcançar 1 milhão de clientes até 2021 –hoje são 40 mil no microcrédito.

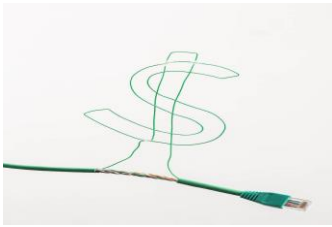
MUDANÇA

Trocar dívidas caras por um financiamento mais barato, sem precisar recorrer aos bancos, é aposta da Creditas, plataforma digital de crédito com foco em produtos com garantia. O modelo de financiamento da empresa permite gerar empréstimos com recursos de investidores, tendo como contrapartida a garantia de imóvel ou automóvel do tomador.

O valor mínimo dos empréstimos é de R\$ 2.500 e as taxas de juros variam entre 1,75% e 4% ao mês. "Os clientes incluem de pessoas físicas que querem se livrar de dívidas caras no cartão de crédito a pequenos negócios que buscam capital de giro ou realizar investimentos na própria empresa", explica Sergio Furio, fundador da Creditas, que trabalhou em bancos e consultorias e criou a empresa em 2014, com o nome BankFacil.

A tecnologia dá o principal suporte para a análise de risco, pois a empresa trabalha com análise de big data, um grande volume de dados, para cruzar informações sobre o perfil dos futuros clientes.

Keiny Andrade/Folhapress



Atrair microempreendedores que não são contemplados nas políticas de crédito dos bancos tem sido a aposta da BizCapital, fintech que atua há um ano e alcançou R\$ 140 milhões em pedidos de financiamento. Os empréstimos começam em R\$ 5.000 e ajudam os pequenos negócios a comprar insumos, ter capital de giro e saldar dívidas. Os juros variam entre 1,99% e 5,49% ao mês.

"Destruar o crédito para os pequenos é fundamental para o desenvolvimento da economia brasileira. As fintechs têm muito a contribuir", diz Francisco Ferreira, que fundou a BizCapital em 2015 com Cristiano Rocha e Daniel Orlean, todos da área de tecnologia.

Start-ups financeiras crescem em setores como empréstimo e poupança

31/01/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

As start-ups financeiras brasileiras têm encontrado espaço para crescer em nichos tradicionais, como empréstimos ou planos de poupança, com a oferta de serviços menos burocráticos e de mais fácil acesso.

É o caso do Bom para Crédito, criado em 2013 por Ricardo Kalichsztein, 46, que antes da empreitada trabalhava como consultor de análise de risco de crédito em bancos. "A burocracia para análise do cliente é tão longa que o indivíduo, que já não passa por um bom momento, desiste de repetir o processo em outra financiadora apenas para comparar taxas", afirma Kalichsztein.

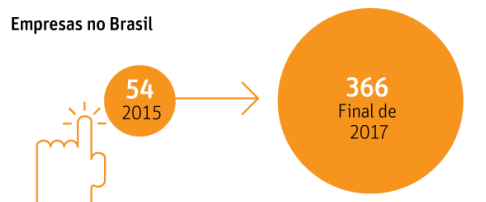
No site do Bom para Crédito, o interessado em fazer um empréstimo preenche um cadastro que é automaticamente avaliado pelo sistema criado na plataforma. O relatório é então distribuído entre instituições financeiras, que mandam as suas propostas de empréstimo.

Editoria de Arte/Folhapress

A QUERIDINHA DAS START-UPS

Número de fintechs quadruplica em três anos

Empresas no Brasil



Elas se dividem em:

Pagamentos	32%
Gestão Financeira	18%
Empréstimos	13%
Investimentos	8%
Financiamento	7%
Seguros	6%
Negociação de Dívidas	5%
Criptomoedas	5%
Câmbio	4%
Multiserviços	2%

65%
das empresas estão
em São Paulo

US\$ 134 mi

foi o maior aporte
recebido por uma
fintech brasileira, o
banco Nubank

Fonte: Fintechlab, CB Insights

"É um jeito eficiente para os bancos venderem seus produtos", diz o empresário. A plataforma já possui 1,5 milhão de clientes e 25 empresas parceiras. No ano passado recebeu um aporte de R\$ 6 milhões.

Mais nova no mercado, a Ciclic foi lançada em novembro passado como a primeira fintech brasileira de previdência complementar.

O site, que visa a geração mais jovem e habituada a fazer tudo pelo celular, oferece a simulação e a contratação de planos de poupança totalmente on-line. A ideia é que sejam reservas para projetos de curto e médio prazo, como viagens, compra de um carro ou festa de casamento.

"A ideia é se comunicar com o público que ainda não pensa em se aposentar, mas procura opções de investimentos", diz Raphael Swierczynski, 42, CEO da Ciclic, criada em parceria com a BB Seguridade e a Principal Financial Group.

NOVO PERFIL

Outro que aposta no caminho das fintechs é o banco CBSS, do Banco do Brasil e do Bradesco.

Criado em 2015 como um banco tradicional voltado ao público de baixa renda, hoje o CBSS é voltado à criação e teste de novas tecnologias financeiras, de olho em consumidores de 20 a 40 anos e adeptos da tecnologia.

"Estamos fechando parceria com as principais fintechs do setor", diz o presidente Carlos Giovane, 48. A primeira foi o Bom para Crédito e a ideia é chegar a 30% delas até o fim do ano.

Empréstimo coletivo permite que pequeno investidor financie empresas

31/01/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Depois da onda de financiamentos coletivos, é a vez das start-ups de empréstimos tomarem a internet.

A proposta, chamada de peer-to-peer (P2P) lending, é conectar indivíduos ou negócios que precisam de crédito com quem está disposto a fazer investimentos.

Para o tomador, a modalidade oferece taxas de juros e burocracia menores. Do lado do investidor, as plataformas P2P acenam com retornos mais altos.

Com dois anos de mercado, a Nexoos, com sede em São Paulo, alcançou em 2017 R\$ 28 milhões em financiamentos, um crescimento de 1.300% em relação a 2016, seu primeiro ano de operação.

A maioria das empresas atendidas é de pequenas e médias, com mais dificuldade de obter crédito no mercado tradicional. O número saiu de 21 empresas em 2016 para 203 em 2017. Na outra ponta, há 7.000 investidores, ante 2.000 em 2016.

Marcelo Justo/Folhapress



Daniel Gomes, presidente da Nexoos, empresa que atua no ramo de empréstimos coletivos

Para Daniel Gomes, presidente da Nexoos, uma das vantagens do modelo é que o investidor consegue escolher em qual empresa prefere aportar recursos, e muitos buscam negócios sociais ou empresas com propósito.

"Isso aproxima o P2P da figura do investidor-anjo, só que sem a participação acionária no negócio", diz.

Para pleitear empréstimos, a empresa deve ter faturamento anual mínimo de R\$ 250 mil. A análise de risco é digital, com inteligência artificial. Cada investidor pode emprestar até 5% do valor solicitado pela empresa, e a Nexoos fica com 4% do valor das transações.

Criada em 2015, a Biva, também de P2P, financia pequenas empresas, MEIs (microempreendedores individuais) e pessoas físicas em crédito estudantil. Os investimentos partem de R\$ 5.000, e em 2017 a fintech teve acesso a R\$ 100 milhões.

"O volume é significativo para fintechs, mas longe de incomodar o mercado de crédito. Nem 1% das transações estão nas mãos de start-ups", diz Odair Mofato, diretor de operações da Biva.

O segmento ainda tem desafios pela frente. Um deles é a desconfiança do brasileiro em relação ao crédito por meio digital. No início do negócio, os sócios da Biva tiveram de explicar que não se tratava de agiotagem nem pirâmide financeira.

Outro desafio é o da regulação. Em agosto de 2017, o Banco Central lançou consulta pública sobre essas start-ups. Hoje, elas podem conceder empréstimos desde que estejam associadas a um banco ou outro agente do sistema financeiro.

A consulta foi encerrada em novembro. Como resultado, a proposta estabelece a figura de duas novas instituições financeiras: as SCD (sociedade de crédito direto) e as SEP (sociedade de empréstimos entre pessoas), que abarca o crédito P2P. A expectativa é que as regras estejam prontas ainda neste semestre.

Em nota, o BC diz que "essas instituições estarão sujeitas a um processo simplificado de autorização, bem como a cumprir uma regulamentação proporcional de acordo com seu tamanho e perfil de risco". Com as regras, as start-ups esperam que o mercado de crédito P2P cresça. "A regulação trará mais clareza", diz Gomes, da Nexoos.

Confiança de serviços sobe 2,4 pontos em janeiro ante dezembro, revela FGV

31/01/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Confiança de Serviços (ICS) avançou 2,4 pontos na passagem de dezembro de 2017 para janeiro de 2018, para 91,8 pontos, na série com ajuste sazonal, informou nesta quarta-feira, 31, a Fundação Getulio Vargas (FGV). Com o resultado, o índice atinge o maior nível desde julho de 2014, quando estava em 92,4 pontos.

"A alta da confiança de Serviços em janeiro decorre de avaliações mais positivas tanto em relação ao período corrente quanto das perspectivas de curto prazo. A melhora na margem ganha ainda maior relevância por sua reverberação entre os diversos segmentos do setor. Esta maior convergência das avaliações dos empresários reforça o cenário de continuidade da recuperação da economia nos próximos meses", avaliou Itaiguara Bezerra, economista do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV).

Houve melhora na confiança em nove das 13 principais atividades pesquisadas. O Índice da Situação Atual (ISA-S) subiu 1,1 ponto em janeiro, para 86,2 pontos, mantendo uma sequência de onze meses consecutivos de crescimento. Já o Índice de

Expectativas (IE-S) avançou 3,4 pontos, para 97,4 pontos, o maior nível desde março de 2014.

A maior contribuição para a elevação do ISA-S foi do item que mede o grau de satisfação com a situação atual dos negócios, que avançou 2,3 pontos, para 86,7 pontos. No IE-S, os dois quesitos que integram o subíndice avançaram, com destaque para o indicador que mensura o otimismo com a situação dos negócios para os próximos seis meses, que subiu 3,9 pontos, para 99,1 pontos, maior nível desde março de 2014.

No entanto, o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) do setor de Serviços recuou 0,6 ponto percentual em janeiro ante dezembro, para 82,3%.

A FGV ressalta que, apesar do consistente avanço da confiança nos últimos meses, o ICS ainda não atingiu o nível neutro dos 100 pontos, sob influência de questões como a incerteza econômica, que afeta decisões empresariais de realização de investimentos.

“O Setor de Serviços voltou a crescer em 2017, mas as projeções ainda tímidas para a realização de investimentos mostram como esta recuperação ainda continua lenta e sujeita a sobressaltos. O empresário se mostra cauteloso em função das incertezas econômica e política, já que a implementação de reformas estruturantes no país, como, por exemplo, a da Previdência, é ainda incerta no curto prazo”, completou Itaguara Bezerra, na nota.

A coleta de dados para a edição de janeiro da Sondagem de Serviços foi realizada pela FGV entre os dias 2 e 26 deste mês.

Inadimplência do curitibano sobe 1,3% em dezembro

31/01/2018 – Fonte: Bem Paraná

Em Curitiba, a inadimplência do consumidor subiu 1,3% na comparação mensal de dezembro contra o mês anterior, enquanto na variação interanual (mesmo mês do ano anterior) o indicador cedeu 6,9%.

No Paraná, o índice aumentou 1,7% e na Região Sul houve uma queda de -0,2%. Os dados são da Boa Vista SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito) divulgados pela Associação Comercial do Paraná (ACP).

Os dados de dezembro do ano passado foram divulgados ontem pela ACP. A recuperação de crédito do consumidor, por sua vez, subiu 3,4% no período.

Plataformas permitem renegociar dívidas sem ter de falar com bancos

31/01/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

O Brasil atingiu, em 2017, níveis recordes de inadimplência, com mais de 60 milhões de pessoas na lista de nomes sujos do Serasa Experian, em novembro.

Para instituições financeiras e empresas de cobrança, a quitação desses débitos é um desafio. Para algumas das novas empresas de tecnologia financeira, as chamadas fintechs, uma oportunidade.

Essas start-ups estão inserindo no mercado uma nova forma de renegociação de dívidas, totalmente on-line.

O modelo funciona assim: o banco disponibiliza para a fintech parte ou toda sua carteira de devedores e define as regras de renegociação (eventuais descontos e

quantidade de parcelas). A empresa entra em contato com o cliente, por aplicativos de mensagem ou e-mail, e o devedor acessa o sistema para definir condições e valores.

Rafael Roncato/Folhapress



Marc Lahoud, fundador da Quero Quitar, na sede da empresa, em SP

A instituição credora paga à fintech conforme as parcelas são quitadas –o valor da comissão varia entre 10% e 15% do valor da parcela.

"O método tradicional de cobrança não é totalmente eficiente. As ligações constantes e a abordagem, na maioria das vezes não amigável, acabam gerando muito atrito entre o credor e o devedor", diz Marc Lahoud, fundador da Quero Quitar.

Criada em 2014, a empresa foi a primeira no país a oferecer o ambiente digital para renegociação de dívidas.

A novidade chamou a atenção do Bradesco e, em 2015, Lahoud e sua equipe fizeram parte do primeiro laboratório de inovação do banco. Oito meses depois, a Quero Quitar se tornou o canal oficial de quitação de dívidas da instituição financeira.

Desde sua fundação, a empresa já renegociou 270 mil dívidas. Hoje, tem clientes como Porto Seguro e MRV.

"Como não existe contato direto com o atendente, cresce o número de pessoas que se sente mais confortável para negociar no ambiente virtual, sem intervenção de terceiros e na hora que quiser", afirma Lahoud.

Outra que decidiu investir nesse filão é a Blu 365. Itaú, Magazine Luiza e Hipercard são alguns de seus clientes.

"Nosso foco não é apenas o pagamento da dívida, mas devolver ao consumidor o poder de crédito", afirma o cofundador Alexandre Lara.

Em quatro anos de existência, a Blu 365 fechou 37 mil acordos, que geraram um volume de R\$ 33 milhões. Segundo a empresa, 80% dos devedores que acessam o sistema fecham algum acordo.

Nessa onda, o Serasa transferiu aos poucos o Feirão Limpa Nome, seu principal mutirão de renegociação de dívidas, para o mundo on-line.

"O feirão sempre teve bastante êxito entre credores e devedores. Mas, na versão digital, o número de acordos chega a ser quatro vezes maior que na convencional", afirma Raphael Salmi, diretor de estratégia e recuperação de crédito da empresa.

Além de conseguir renegociar parte de suas dívidas por meio do site do Serasa, o consumidor também tem acesso a praticamente todas as pendências em seu nome.

"Hoje, 98% dos débitos estão em nosso banco de dados. Mesmo que a empresa não realize o acordo em nosso sistema on-line, o devedor tem acesso à informação e pode procurar a instituição para resolver a questão", diz Salmi.

RAIO-X DAS DÍVIDAS

Bancos ainda são a maior fonte de dívidas

Bancos e cartões	29,0%
Água, energia e gás	19,5%
Telefonia	11,6%
Varejo	12,6%
Serviços	11,3%
Financiamento/ leasing	8,3%
Outros	7,7%

Sudeste é a região com mais devedores

Sudeste	44,9%
Nordeste	25,4%
Sul	12,7%
Norte	8,9%
Centro-Oeste	8,2%

Fontes: Serasa Experian, Blu 365 e Quero Quitar



70%
foi quanto cresceu a renegociação de dívida on-line no primeiro semestre do ano passado, comparado com o mesmo período de 2016



4 vezes
maior é a chance de uma renegociação ser feita on-line do que por telefone ou pessoalmente



20%
é a diferença de custo para uma empresa credora

Reajuste do salário mínimo abaixo do previsto gera economia de R\$ 7 bi

31/01/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Gabriel Cabral/Folhapress



Reajuste do salário mínimo pode gerar economia maior do que o previsto

Técnicos do governo calculam que o reajuste do salário mínimo deste ano, abaixo da inflação, vai gerar uma economia maior do que o inicialmente esperado e pode chegar a R\$ 7 bilhões.

O salário mínimo sancionado pelo presidente Michel Temer (R\$ 954) ficou abaixo do que previsto no Orçamento: R\$ 965. A diferença de apenas R\$ 11 gerará, neste ano, uma redução com despesas obrigatórias, como aposentadorias, seguro desemprego, abono.

Esse é um dos fatores que permitirá ao governo bloquear uma parcela menor do seu Orçamento em 2018. O Ministério do Planejamento pretende apresentar a revisão do Orçamento até sexta-feira (2).

O congelamento é alvo de discussão na equipe econômica, que avalia desde não bloquear nada até um contingenciamento inicial de até R\$ 3 bilhões. No ano passado, o primeiro bloqueio de recursos do Orçamento foi de R\$ 42 bilhões e, à época, chegou-se a ventilar um aumento de impostos para fazer frente à meta de deficit fiscal (então de R\$ 139 bilhões).

A contenção de gastos no ano passado foi tão intensa que as despesas obrigatórias ficaram R\$ 15 bilhões abaixo do previsto, e a projeção é justamente o parâmetro para o Orçamento deste ano.

Além disso, o forte corte nas despesas não obrigatórias permitiu que o governo gastasse R\$ 50 bilhões a menos do que o limite do teto de gastos em 2017.

Como no Orçamento deste ano as despesas previstas estão no teto, haveria um espaço a ser preenchido com mais gastos sem que a norma seja descumprida. Em outras palavras, o teto não é alvo de preocupação e o governo prevê gastar menos do que o limite neste ano, assim como ocorreu em 2017.

RECEITAS

O ponto de dúvidas em 2018 é a receita. Pelas contas do Ministério da Fazenda, a recuperação da economia está ajudando a arrecadação.

Porém, a não aprovação de medidas como a tributação dos fundos de investimento fechados e a reoneração da folha de pagamentos poderão gerar uma perda de R\$ 14 bilhões nas receitas.

Esse é um dos motivos que leva a equipe econômica a considerar o bloqueio no Orçamento. Além disso, técnicos estudam condicionar R\$ 12 bilhões em despesas à privatização da Eletrobras. A venda de ações da companhia em um aumento de capital está na previsão orçamentária e, caso não se concretize, a ideia é cortar despesas na mesma proporção.

Caso haja um contingenciamento, deverá passar de R\$ 15 bilhões. Também será anunciados nos próximos dias o cancelamento de R\$ 5 bilhões a R\$ 8 bilhões em despesas para adequar os gastos ao Orçamento aprovado.

Conflito familiar pode alterar desenho societário da CSN

31/01/2018 – Fonte: Tribuna PR

Os herdeiros da família Steinbruch, dona da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), devem dar início a uma longa disputa societária que poderá mudar o desenho acionário de uma das maiores siderúrgicas do País.

A briga se dá na Vicunha, que controla a CSN e outros negócios da família. Os irmãos Benjamin, Ricardo e Elisabeth Steinbruch – representados pela holding Rio Purus – entraram em rota de colisão com os primos Clarice e Léo Steinbruch, da CFL Participações, segundo apurou o **Estado**.

Benjamin Steinbruch, com o apoio dos irmãos, quer destituir os primos do bloco de controle da Vicunha Steel S/A, controladora indireta da CSN, e não estaria mais disposto a reconhecer o acordo de acionistas do grupo, que está em vigor desde 1994.

A siderúrgica dos Steinbruch tem como principal acionista a Vicunha Aços, que detém 50,3% do capital votante da CSN. Por sua vez, a Vicunha Aços é 100% controlada pela Vicunha Steel, que tem dois sócios: a Rio Purus, com 60%, e a CFL, com os 40% restantes.

Os dois ramos da família são os maiores acionistas da siderúrgica e da Vicunha Têxtil. São donos também de diversos imóveis e do Banco Fibra. Os conflitos entre as duas alas da família, agora escancarados, vêm de longa data.

Foi na assembleia geral extraordinária do dia 9 de janeiro que os Steinbruch se desentenderam de vez. “Benjamin disse não reconhecer mais o acordo de acionistas do grupo e não aceitou as indicações para o conselho feitas por Clarice”, disse Ricardo Tepedino, da Tepedino Advogados, que representa a CFL. “Tentamos um acordo e estamos estudando quais medidas tomaremos para contestar essa posição.”

Na assembleia, a CFL registrou em ata, à qual o Estado teve acesso, que Clarice não renunciou ao cargo, como diz a Rio Purus, e relatou "ato de truculência" da sócia.

Discórdia. O conglomerado, que inclui a CSN e a Vicunha, foi criado nos anos 1960 pelos irmãos Mendel (pai de Benjamin, Ricardo e Elisabeth), que faleceu em 1993, e Eliezer (pai de Clarice e Léo). Os Steinbruch foram sócios do empresário Jacks Rabinovich, que se desfez de sua participação em 2005.

Os desentendimentos entre os atuais herdeiros dos Steinbruch ganharam força com a morte de Eliezer, em 2008. O acordo de acionistas da família Steinbruch foi firmado em 1994, após a morte de Mendel. Mesmo com fatias societárias diferentes, os herdeiros da família Steinbruch teriam o mesmo peso nas decisões dos negócios. Mas, segundo fontes, Benjamin costuma centralizar as principais decisões da companhia.

Nos últimos anos, os primos tentaram dar início a um processo de desmembramento das empresas. Os filhos de Eliezer, segundo fontes, estariam dispostos a sair dos negócios, mas há impasse sobre quanto valeria hoje sua participação. O valor de mercado da CSN fechou ontem em R\$ 14,697 bilhões. A fatia da CFL na CSN valeria quase R\$ 3 bilhões, fora participações diretas da holding no negócio.

Procurados, a CSN e a advogada Luciana Ryan, do escritório Mattos Filho, que assessora a Rio Purus, não comentaram. O advogado Luiz Corvo, que assessora os Steinbruch, também não se manifestou. O **Estado** procurou o advogado especialista em disputa societária Modesto Carvalhosa, que trabalhou para a Rio Purus, mas ele também não quis dar entrevista.

A volta do Brasil ao baixo crescimento

31/01/2018 – Fonte: GS Notícias

Nas duas últimas décadas do século passado, depois de experimentar, por quase 30 anos, as taxas mais altas de expansão do mundo, a economia brasileira passou a crescer em ritmo lento, desolador para as necessidades de um país com indicadores de pobreza e desigualdade tão elevados.

Na década de 1990, mesmo crescendo pouco, superou a inflação crônica e deu os primeiros passos rumo à construção de uma economia competitiva graças ao início da abertura comercial, ao fim dos monopólios estatais, ao aumento da escolaridade da população, às privatizações e à adoção de certa disciplina fiscal.

Olhando em perspectiva, é possível dizer que as reformas do período anterior criaram as condições para a aceleração do crescimento na primeira década do século atual. Saímos de algo em torno de 2% para pouco mais de 4% ao ano.

Riqueza global cresceu 66% em 20 anos, diz Banco Mundial

31/01/2018 – Fonte: Tribuna PR

A riqueza global cresceu 66% entre 1995 e 2014, para um total de US\$ 1,14 quadrilhão, informou nesta terça-feira o Banco Mundial. No entanto, embora tenha aumentado a produção de recursos na maioria dos países, a renda per capita não acompanhou este movimento.

Segundo o documento, a parcela da riqueza mundial produzida por países de renda média está crescendo – aumentou de 19% para 28% entre 1995 e 2014. Por sua vez, a participação dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) caiu de 75% para 65%.

“Essa mudança reflete em grande parte o aumento fenomenal da Ásia, que passou da maioria status de renda baixa a média (com exceção do Nepal) em uma geração”, diz o relatório.

Além de medidas tradicionais, como o Produto Interno Bruto (PIB), o relatório utiliza outras ferramentas para medir o progresso econômico e a sustentabilidade dos países. São levados em consideração dados como capital natural, humano e produzido, bem como ativos externos líquidos. O estudo conta com informações de 141 países.

“Ao construir e promover o capital humano e natural, os países de todo o mundo podem fortalecer a riqueza. O Banco Mundial está acelerando seus esforços para ajudar os países a investir mais e de forma mais efetiva na população”, afirma o presidente do grupo do Banco Mundial, Jim Yong Kim.

Em relação à renda média, o Banco Mundial notou que o movimento é um processo muito lento. “Além do baixo ritmo de crescimento dos países de renda média da África Subsaariana, vários países ricos no Oriente Médio e de membros da OCDE foram afetados pela crise financeira a partir de 2009”, comenta a instituição.

Brasil cresce ou ficará para trás na economia mundial

31/01/2018 – Fonte: GS Notícias

Luminares da economia julgam que há um excesso de pessimismo com relação à economia brasileira. Tudo porque a crise, embora tenha arrefecido, com boas perspectivas de retomada do crescimento em 2018, ainda preocupa. A nossa situação fiscal preocupa no exterior, e esse foi um alerta que o ministro Henrique Meirelles, da Fazenda, ouviu no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça.

A questão que se coloca é que o desemprego no Brasil tem se mantido alto, mesmo com alguma regressão em certos setores, estados e capitais. Porém temos pessoas que não se ligam no fato que muitos cansam de procurar uma colocação de acordo com as suas aptidões e o que pretendem ganhar em troca. Então, estatisticamente - e como os números podem nos enganar -, o desemprego diminui, porque menos pessoas ali não mais comparecem para conferir ofertas.

Embora jamais se queira desvalorizar um curso superior de graduação, o fato é que temos profissões em que as pessoas simplesmente não encontram empregos. Pelo menos não como gostariam. No entanto, ao dizer isso, não se condenam os esforços e os programas feitos pelos governos.

Na América Latina, para se citar a região que nos interessa diretamente, é alertado que uma nova fronteira de crescimento se abriu na região e que a posição de liderança do Brasil deixou de ser um consenso. Com a falência de alguns regimes chamados de esquerdistas, prega-se agora um modelo de crescimento baseado em premissas de previsibilidade e de pacto com o setor privado, mas que seja inclusivo e suficiente para distribuir renda.

Por isso, se o crescimento econômico não for suficiente para redistribuir renda e reduzir a pobreza, terá adiantado pouco. Teoricamente, o que se busca no Brasil é crescimento, empregos e mais renda.

No entanto, aqui os resultados práticos têm sido escassos, mesmo que melhores do que em anos passados. Assim, os analistas da economia regional da América do Sul mencionam o que chamam de modelo de crescimento com responsabilidade social do mundo moderno.

Esta é a nova realidade de negócios do mundo moderno. Essa nova realidade entende ao papel da iniciativa privada e aceita que os projetos precisam ter viabilidade econômica, políticas de regulação realistas e serem bons para a sociedade.

No mundo, a China tem assumido uma liderança econômica que preocupa até mesmo o falatrão presidente Donald Trump, pois os Estados Unidos da América (EUA) têm um déficit comercial gigante com os orientais.

Enquanto isso, nossas autoridades econômicas continuam as viagens para a Europa e Ásia, principalmente, além do Oriente Médio, mercados e países por demais conhecidos, que também passam por problemas e onde todos querem vender, e poucos ou nenhum deles têm muitas condições de comprar, salvo a citada China.

Quando o tema é a perspectiva de unir investimentos privados e públicos num fundo para financiar projetos de infraestrutura, empresários alertam para o risco de tal iniciativa em discussão no mercado brasileiro criar um novo organismo e repetir exemplos que geram controvérsia. Enfim, que a roda da economia gire com mais velocidade no Brasil, acelerando o crescimento.

No caso gaúcho, a aprovação do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) é uma boa largada para equilibrarmos as finanças e termos algum investimento do Estado. Claro, parcerias também serão importantes.

Desemprego encerra 2017 em 11,8% em ano marcado pela informalidade

31/01/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

A taxa desemprego no país fechou o último trimestre de 2017 em 11,8%, divulgou o IBGE nesta quarta-feira (31). Com isso, a taxa média anual passou de 11,5% em 2016 para 12,7% em 2017, a maior da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012.

O índice oficial de emprego, medido pela pesquisa Pnad Contínua, sofreu pequena queda em relação ao trimestre encerrado em setembro, quando a taxa esteve em 12,4%. O país fechou 2016 com uma taxa de 12%.

No acumulado do ano passado, o país teve 12,3 milhões de pessoas desocupadas, que são desempregados em busca de recolocação. Esse contingente caiu 0,3% frente a 2016, ou 31 mil pessoas a menos.

A desocupação no país vem em trajetória de desaceleração. A melhora ao longo do ano, contudo, foi apoiada principalmente na geração de vagas informais de trabalho.

O emprego com carteira assinada, tradicionalmente protegida pelas leis trabalhistas, deu lugar às posições sem carteira ou de trabalho por conta própria, que são pequenos empreendedores ou autônomos. Esses postos são considerados de menor qualidade e segurança.

O país fechou 2017 com 92,1 milhões de pessoas ocupadas, alta de 2%, ou 1,8 milhão de pessoas em relação a 2016.

Não houve grandes mudanças na passagem do trimestre encerrado em setembro e no terminado em dezembro.

A Pnad Contínua é pesquisa de abrangência nacional do IBGE, que registra trabalhos formais e informais em todo território do país.

As vagas com carteira assinada em 2017 somaram 33,3 milhões, queda de 2%, ou 685 mil pessoas em relação ao verificado em 2016.

Na outra ponta, trabalhadores por conta própria somaram 23,1 milhões de pessoas, alta de 4,8% em relação a 2016, ou 1,7 milhão de pessoas. Trabalhadores sem carteira tiveram alta de 11,1%, ou 598 mil pessoas a mais, tendo registrado alta de 5,7% em relação ao ano imediatamente anterior.

Marun: empréstimos da Caixa a municípios estão suspensos e ficam suspensos

31/01/2018 – Fonte: Tribuna PR

Depois de admitir publicamente o uso de empréstimos da Caixa a prefeituras como moeda de troca pela aprovação da reforma da Previdência, o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, negou que a suspensão dessas operações de crédito pelo conselho de administração do banco vá atrapalhar as negociações.

“Agora está suspenso, então fica suspenso, vamos em frente”, disse Marun, após participar de reunião com lideranças da base aliada na residência oficial da Câmara dos Deputados para discutir estratégias para tentar aprovar a reforma.

No fim do ano passado, Marun disse que os empréstimos concedidos pela Caixa, banco 100% da União, são “ações de governo”. “Senão, o governador poderia tomar esse financiamento no Bradesco, não sei onde”, disse à época.

“Realmente o governo espera daqueles governadores que têm recursos a serem liberados, financiamentos a serem liberados, como de resto de todos os agentes públicos, reciprocidade no que tange à questão da (reforma da) Previdência”, afirmou na ocasião.

A Caixa suspendeu a concessão de empréstimos a municípios sem a garantia da União depois de o Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, revelar que o banco havia sido autorizado a conceder mais de R\$ 1 bilhão em financiamentos a prefeituras no último trimestre de 2017. Num empréstimo sem aval do Tesouro Nacional, o município e o banco negociam diretamente as garantias que serão acionadas em caso de inadimplência.

Com novas regras e juros baixos, fundos devem quadruplicar aporte fora do Brasil

31/01/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

João Wainer/Folhapress



O limite do patrimônio que pode ser aportado fora do país continua em 10%

A soma de investimentos de fundos de previdência complementar em ativos fora do Brasil deverá ir de R\$ 2,5 bilhões para R\$ 10 bilhões neste ano, projeta a Abrapp (associação das entidades).

O Conselho Monetário Nacional publicou regras sobre o tema no dia 25 de janeiro.

Algumas restrições foram eliminadas, como a exigência de que entidades só investissem em conjunto com quatro outras e apenas em títulos com boas notas de agências de risco (essa última norma, agora, é só para renda fixa).

O limite do patrimônio que pode ser aportado fora do país continua o mesmo: 10%. Os fundos não devem se aproximar disso, segundo Lucas Nobrega, diretor da associação.

"Os 10% representam cerca de R\$ 80 bilhões. Esse volume não vai para o exterior. Devemos assistir uma mudança de R\$ 2,5 bilhões para R\$ 10 bilhões em 2018." A Previ, maior fundo do país, tem, hoje, menos de R\$ 150 milhões alocados fora, diz o diretor de investimentos Marcos Moreira. O valor vai mudar, mas a estratégia ainda está em discussão.

"O cenário interno é de redução de juros e dificuldade de alocar em ativos de baixo risco que atinjam a nossa meta de retorno, que é de 5%."

Metade das entidades pretende aumentar o investimento em ativos estrangeiros, diz Lucas Schmidt, da Mercer, que fez pesquisa sobre o tema. "Com juros a 7%, os fundos precisam aumentar alocação fora do país."

Empresários têm insegurança com reforma

31/01/2018 – Fonte: DCI

Receio em adotar algumas das novas normas trabalhistas é justificado, segundo especialistas da área, já que disputa no judiciário ainda pode durar alguns anos e alterações na lei são possíveis



Negociação individual está entre maiores incertezas dos executivos

O trabalho intermitente e a negociação individual com funcionários estão entre os pontos da reforma trabalhista que trazem maior incerteza para empresários do Estado de São Paulo, aponta pesquisa.

Os tópicos ficaram entre os mais citados quando os executivos foram questionados sobre as regras que merecem um maior tempo de espera antes de serem adotadas, para que seja consolidado um posicionamento mais claro do Legislativo ou jurisprudencial. O levantamento foi realizado pelo Sindicato das Empresas de Contabilidade e de Assessoramento no Estado de São Paulo (Sescon/SP).

Além do trabalho intermitente e da negociação individual, ambos mencionados por 9% dos entrevistados, tiveram destaque o trabalho autônomo (8%), a rescisão por acordo (8%), a terceirização (8%), o acordo coletivo diretamente com o sindicato (8%) e o pagamento de parcelas que não integram a remuneração tradicional (8%).

"No começo, a reforma vai trazer um pouco de insegurança, já que existem diversos posicionamentos distintos dentro do judiciário. Isso pode durar alguns anos, até que um tribunal superior, como o STF [Supremo Tribunal Federal], defina uma interpretação para os pontos polêmicos da lei", afirma Márcio Massao Shimomoto, presidente do Sescon/SP.

Desembargadora da Justiça do Trabalho, Ivani Contini Bramante também acredita que deve haver certa instabilidade com a nova lei, ao menos em um primeiro momento.

"É necessário ter muita cautela, pois só daqui a dois ou três anos os tribunais vão assentar uma forma de julgamento mais homogênea. Hoje, vemos vários juízes com posições bastante distintas", afirma ela.

Sobre as dúvidas em relação ao trabalho intermitente, Shimomoto diz que parte dos empresários faz uma "leitura errônea" do novo modelo de contratação. "Muitos deles acham que o [trabalho] intermitente substituirá o tradicional, mas não é bem assim. Esse contrato só é benéfico em situações bastante específicas, por exemplo quando há o trabalho sazonal."

Shimomoto afirma também que as empresas de contabilidade devem enfrentar certa dificuldade para se adaptar às novas regras. "Vai dar um bom trabalho, inclusive porque as convenções coletivas passaram a ter um peso maior para os contratos". Com isso, explica ele, os contabilistas precisarão estudar, além da CLT e das legislações trabalhistas específicas, os acordos coletivos de cada classe.

Para a advogada e contabilista Valéria Maria Sant'Anna, o desafio será a adequação simultânea à nova CLT e ao eSocial, plataforma eletrônica que vai reunir dados trabalhistas, tributários, fiscais e previdenciários dos trabalhadores.

"Além das mudanças estabelecidas pela reforma [trabalhista], o eSocial está entrando em vigor durante este ano, trazendo exigências que são estranhas para boa parte dos empresários, especialmente aqueles que têm companhias de médio e pequeno porte."

Mudanças

O levantamento do Sescon/SP também mostrou quais são as práticas da reforma trabalhista que os empresários pretendem implementar de imediato.

O parcelamento de férias foi o tópico preferido pelos executivos, citado por 19% dos entrevistados. Outros pontos que tiveram destaque foram a negociação individual com novos empregados (10%), o uso do banco de horas com período de seis meses (9%), a rescisão por acordo (8%) e a compensação de jornada (8%).

Meirelles reitera confiança na aprovação da reforma da Previdência

31/01/2018 – Fonte: Bem Paraná

O ministro da Fazenda Henrique Meirelles confia que a reforma da previdência será votada no final de fevereiro e que o governo conseguirá os votos para a aprovação no Congresso.

"Já existe o conceito de inviabilidade de não se fazer a reforma", afirmou. Meirelles fez uma apresentação dos dados da economia brasileira para plateia formada por investidores, durante evento realizado pelo banco Credit Suisse, nesta terça-feira (30), em São Paulo.

"Não é uma opção política, mas uma necessidade quase matemática. Temos que garantir que o brasileiro do futuro receberá a aposentadoria", afirmou o ministro, apontado como pré-candidato à presidência. Questionado, Meirelles disse que decidirá se será candidato à presidência somente em abril, quando se encerra o prazo para descompatibilização do ministério.

Durante a palestra, Meirelles explicou que a "sensação de bem-estar" proporcionada pela melhora dos indicadores econômicos começará a ser sentida neste ano e que isso pode influenciar as eleições. O discurso do ministro segue a estratégia adotada pelo presidente Michel Temer, que no último domingo foi ao programa do Sílvio Santos tentar sensibilizar a população para necessidade da reforma.

Meirelles explicou aos investidores que as pessoas que representam os 20% da população com o perfil mais baixo de renda não conseguem chegar aos 35 anos de contribuição, pois passam grandes períodos da vida sem emprego formal ou desempregados.

Citou também o exemplo do México, onde a idade média para aposentadoria é de 72 anos. No Brasil é de 59 anos e seis meses. Meirelles destacou que caso a Reforma da Previdência não seja aprovada os gastos com aposentadoria vão comprometer 80% do orçamento em 2026. "Não vai ter para a educação, saúde, segurança e nem para as emendas parlamentares", afirmou o ministro.

PROJEÇÕES

Antes de Meirelles, quem fez previsões relacionando política e economia foi Luis Stuhlberg, da Verde Asset, um dos gurus do mercado financeiro. "Um cenário ruim seria a centro-direita ter três candidatos e nenhum deles passar para o segundo turno", afirmou..

Para Stuhlberg a condenação em segunda instância do ex-presidente Lula favorece a aprovação de reformas, como a da previdência. Porém, o economista vê que o crescimento do deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ) nas pesquisas de intenção de voto ainda no primeiro semestre pode "gerar um constrangimento para o PIB crescer neste ano".

Stuhlberg compara a situação, caso ela ocorra, com o cenário de 2002, quando Lula, que venceu as eleições, disparou ainda no primeiro semestre nas pesquisas. "A volatilidade do mercado começaria entre abril e maio em um cenário parecido com 2002", projeta o economista.

Pesquisa feita a pedido do governo diz que 44% são contra a reforma

31/01/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Rivaldo Gomes/Folhapress



Aposentados fazem 'Carnaval de protesto' na avenida Paulista, em São Paulo

Responsável pela articulação política do Palácio do Planalto, o ministro Carlos Marun (Secretaria de Governo) disse nesta terça-feira (30) que o governo está disposto a ceder ainda mais no texto da reforma da Previdência, desde que as novas ideias tenham como contrapartida o voto dos parlamentares.

O ministro disse ainda que está otimista quanto à votação porque o governo encomendou uma pesquisa que, segundo ele, mostra que 44% das pessoas reprovam a reforma e 63% aprova a existência de um regime único de Previdência -que tem sido o principal discurso do presidente Michel Temer para tentar vencer as resistências à proposta.

A prévia da pesquisa foi divulgada pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco, em uma rede social. Na postagem, Moreira Franco comemorou o fato de, pela primeira vez, um levantamento nacional mostrar que os opositores à reforma são menos da metade da população.

Segundo Marun, Temer aceita flexibilizar o projeto que determina as mudanças nas regras de aposentadoria para aprová-lo em fevereiro.

O governo já cedeu em vários pontos. Reduziu a idade mínima para mulheres (de 65 anos para 62) e o tempo de contribuição de 25 para 15 anos para os trabalhadores da iniciativa privada. Também cortou de 49 para 40 anos o tempo necessário para ter direito ao valor máximo do benefício e retirou as mudanças para os trabalhadores rurais de economia familiar e para o benefício assistencial pago a idosos pobres, o BPC (Benefício de Prestação Continuada).

Agora, o presidente faz questão de manter o que considera os dois pilares da reforma: idade mínima -hoje fixada em 62 anos para mulheres e 65 para homens- e igualdade nos sistemas de regime previdenciário.

"Em nenhum momento colocamos que estávamos fechados a qualquer possibilidade de diálogo. O que nós não queremos é aquela conversa que não leva a lugar nenhum: ideias que não tragam compromisso, que não tragam votos", disse Marun após uma reunião com Temer.

Marun também esteve em um encontro na casa do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), com a presença de líderes do governo e deputados aliados para discutir uma estratégia "mais organizada" na reta final para a conquista de pelo menos 308 votos necessários para aprovar a medida na Câmara. A votação está prevista para o dia 20 de janeiro.

PROTESTO

Com carros alegóricos, bateria e até passistas, movimentos sindicais organizaram, nesta terça, um protesto carnavalesco contra a reforma da Previdência.

Cerca de 2.000 manifestantes atravessaram 1,6 km entre a praça Oswaldo Cruz e o vão livre do Masp, na avenida Paulista, entoando o samba enredo "Quem lutou a vida inteira exige respeito". O cortejo foi organizado em alas temáticas, como custo de vida, saúde e enterro da Previdência. A Polícia Militar não divulgou estimativas sobre o número de participantes.

Ideias sobre Previdência precisam de compromisso de voto, diz ministro

31/01/2018 – Fonte: Bem Paraná

Responsável pela articulação política do Palácio do Planalto, o ministro Carlos Marun (Secretaria de Governo) disse nesta terça-feira (30) que o governo está disposto a ceder ainda mais no texto da reforma da Previdência, desde que as novas ideias tenham como contrapartida o voto dos parlamentares.

Segundo o ministro, o presidente Michel Temer aceita flexibilizar o projeto que determina as mudanças nas regras de aposentadoria para aprová-lo em fevereiro, mas quer manter o que considera os dois princípios fundamentais da reforma: a idade mínima -hoje fixada em 62 anos para mulheres e 65 para homens- e a igualdade nos sistemas de regime previdenciário.

"Em nenhum momento colocamos que estávamos fechados a qualquer possibilidade de diálogo. O que nós não queremos é aquela conversa que não leva a lugar nenhum: ideias que não tragam consigo compromisso, responsabilidade de apoio, que não tragam consigo votos", afirmou Marun após participar de reunião com Temer.

"Nos sendo trazida alguma proposta que não interfira nesses princípios de regime previdenciário igual para todos os brasileiros e uma idade mínima, mesmo que existam nessa idade mínima o respeito a algumas particularidades, especialmente em relação aos professores e aos policiais, nós receberemos essa proposta com respeito",

completou o ministro. Nesta terça (30), Marun participa de uma reunião na casa do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), com a presença de líderes do governo e deputados aliados para discutir uma estratégia "mais organizada" na reta final para a conquista de pelo menos 308 votos necessários para aprovar a medida na Câmara.

A votação está prevista para o dia 20 de janeiro. O Planalto tenta aprovar a reforma da Previdência desde o fim do ano passado, mas ainda não alcançou o patamar de votos mínimo necessário para que a Câmara dê o aval à medida, considerada bastante impopular para ser apreciada às vésperas das eleições.

DESIDRATADA O ministro disse ainda que está otimista quanto à votação porque o governo encomendou uma pesquisa interna que, segundo ele, mostra que 44% das pessoas reprovam a reforma, mas 63% da população aprova a existência de um regime único de Previdência -que tem sido o principal discurso de Temer para tentar vencer as resistências à proposta.

"Nossa estratégia está sendo extremamente exitosa", disse Marun, negando que a medida tenha sido desidratada. No entanto, a versão original da reforma, enviada no fim de 2016 ao Congresso, trazia mudanças duras.

O texto já foi alterado duas vezes e a expectativa de economia com a aprovação do projeto passou de cerca de R\$ 800 bilhões em dez anos para aproximadamente R\$ 500 bilhões no mesmo período, considerando as alterações no INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Os cálculos são do Ministério da Fazenda.

Entre os pontos alterados para tentar conquistar apoio dos deputados estão a redução da idade mínima para mulheres (de 65 anos para 62) e a diminuição do tempo de contribuição de 25 para 15 anos para os trabalhadores da iniciativa privada.

Também foi reduzido de 49 para 40 anos o tempo necessário para ter direito ao valor máximo do benefício e foram retiradas as mudanças para os trabalhadores rurais de economia familiar e para o benefício assistencial pago a idosos pobres, o BPC (Benefício de Prestação Continuada).

Faltam poucos votos para aprovar reforma da Previdência, diz Beto Mansur

31/01/2018 – Fonte: Tribuna PR

O vice-líder do governo na Câmara, Beto Mansur (PRB-SP), disse que faltam poucos votos para os 308 necessários para aprovar a reforma da Previdência, mas admitiu em seguida que a contagem dos apoios vai começar efetivamente na semana que vem.

"Não fiz contagem dos votos, vamos começar a fazer agora", afirmou Mansur, ao final de reunião com lideranças na residência oficial da Câmara dos Deputados. Segundo ele, a estratégia discutida nesta terça-feira, 30, é que os líderes conversem com suas bancadas para mapear os apoios e os votos indecisos para então tentar revertê-los favoravelmente ao governo. A ideia é ter uma nova reunião na semana que vem.

Mansur disse que a ideia é fazer a leitura da emenda aglutinativa da reforma da Previdência no dia 6 de fevereiro para que a votação ocorra entre os dias 19 e 20. Ele defendeu que a reforma vá a voto de qualquer maneira, apesar de o próprio presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ter dito que só pautará o texto se houver segurança do apoio necessário.

"Defendo ideia de que temos que ir a voto, perdendo ou ganhando", disse Mansur. "Se Maia vai pautar ou não, é opinião dele", acrescentou, dizendo respeitar a posição do presidente da Câmara. Segundo o vice-líder, se a proposta for a voto, essa votação será realizada dia 20. O governo nega qualquer discussão interna para adiar a votação

para novembro, após as eleições. Nesta terça, Mansur reafirmou a intenção de votar a proposta em fevereiro.

Agora a tarefa cabe ao Congresso, diz Beto Mansur sobre Previdência

31/01/2018 – Fonte: Tribuna PR

O governo não sairá derrotado caso leve a reforma da Previdência a voto e perca em plenário, defendeu nesta terça-feira, 30, o vice-líder do governo na Câmara, Beto Mansur (PRB-SP). Segundo ele, o governo já é "vitorioso" por ter encaminhado a proposta, agora a tarefa cabe ao Congresso.

"Está na hora de chamar à responsabilidade os nossos colegas parlamentares", disse após reunião com lideranças na residência oficial do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

O governo já tentou no ano passado jogar a responsabilidade pela reforma da Previdência para o Congresso Nacional, o que inclusive gerou atritos na articulação política.

Mansur ainda deixou a porta aberta para possíveis mudanças no texto da reforma em plenário. Segundo o vice-líder, a proposta que será lida dia 6 no plenário será a emenda aglutinativa do relator, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), mantendo os pilares que são a fixação de idades mínimas e o combate a privilégios.

"Não mexemos nada com relação a servidores públicos. Mensagem é que governo quer acabar com privilégios", disse. Mas a decisão final caberá ao plenário, reconheceu. "É claro que governo está aberto ao diálogo. Quem vai decidir sobre emenda aglutinativa no plenário são os parlamentares", disse.

Os parlamentares seguem pressionando para flexibilizar a regra que pretende exigir as idades mínimas finais, de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens, para que servidores tenham direito a aposentadoria com o último salário da carreira e reajustes iguais aos dos servidores ativos.

Esses postos são considerados "privilégios" pelo governo, mas o deputado Rogerio Rosso (PSD-DF) está negociando uma alternativa, como mostrou o Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado.

Mansur disse ainda que pesquisas têm mostrado redução de resistências à reforma entre a população. Ele defendeu também que o governo precisa continuar dando esclarecimentos sobre as regras para reverter votos indecisos.

O vice-líder disse que é preciso levar a proposta a voto porque há outras pautas a serem endereçadas pelo Congresso neste ano, como reforma tributária e projetos relativos à segurança pública.

Meirelles: existem diversas contagens sobre Previdência, e são imprecisas

31/01/2018 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, reafirmou a jornalistas que está confiante na aprovação da reforma da Previdência em fevereiro e ressaltou que contagens preliminares sobre o apoio do Congresso à proposta são imprecisas.

"Existem diversas contagens. Hoje, a maior parte dos parlamentares está em suas cidades e Estados em recesso. Portanto esta conta é muito imprecisa. Vamos de fato saber exatamente no dia da votação."

Meirelles acrescentou que o governo está trabalhando para conseguir os 308 votos necessários para aprovação da emenda constitucional na Câmara.

O ministro foi perguntado se a suspensão de empréstimos a Estados e municípios pela Caixa poderia reduzir o apoio de parlamentares à Previdência. Meirelles rechaçou essa possibilidade.

"A Caixa Econômica agora, sob o novo estatuto e administração profissional, está seguindo a lei", disse ele, acrescentando que antes o banco estava aceitando fundos de participações estaduais e municipais que não poderiam ser dados como garantia.

Antes, durante apresentação em seminário do banco Credit Suisse, Meirelles destacou que o novo estatuto do banco público "muda radicalmente" a governança da Caixa.

Marca do grupo Caterpillar espera retomada de máquinas de construção

31/01/2018 – Fonte: GS Notícias

O grupo Caterpillar trabalha para elevar as vendas da sua marca de máquinas de construção SEM, que oferece preços e custo de manutenção mais baixos. A expectativa do selo para este ano é no mínimo acompanhar o crescimento do mercado brasileiro, estimado em 10% a 15%.

A Caterpillar é líder global em máquinas de construção e a marca SEM, que completa 60 anos de existência em 2018, visa complementar o portfólio do grupo. "Oferecemos produtos com um bom custo-benefício, o que é essencial especialmente em um momento pós-crise, em que o cliente ficou muito mais criterioso", afirmou ao DCI o gerente comercial e principal executivo da SEM na América Latina, Cristiano Trevizam.

Ele conta que a marca estreou no Brasil em 2009, quando o mercado de construção local estava a pleno vapor, com diversas marcas entrando no País. "Mas com o passar do tempo, muitas empresas foram embora", relata. "E como a SEM é uma marca da Caterpillar, o mercado entendeu que temos um projeto de longo prazo no País", complementa.

O Brasil ficou conhecido como "um grande canteiro de obras" a partir de meados de 2011, com o *boom* da construção civil e a proximidade de eventos importantes como a Copa do Mundo e a Olimpíada do Rio de Janeiro.

Neste cenário, o mercado de máquinas de movimentação de terra - chamado linha amarela - chegou a vender quase 30 mil unidades. No entanto, as vendas começaram a cair rapidamente diante da retração econômica e atingiram aproximadamente 7,7 mil unidades em 2017.

"É difícil prever quando teremos um mercado desse tamanho novamente", avalia Trevizam. Para este ano, a Sobratema, entidade que reúne os fabricantes de máquinas de construção, projeta um crescimento das vendas de 8%, para cerca de 8,39 mil unidades. Em entrevista recente ao **DCI**, o vice-presidente Eurimilson Daniel disse que a frota brasileira está muito envelhecida. "A partir de agora, pelos próximos três anos, o mercado brasileiro passará por um novo ciclo", disse o dirigente.

O executivo da SEM também se mostra otimista com as perspectivas de recuperação da economia brasileira, que segundo ele deve ocorrer, em princípio, pelo retorno do consumo das famílias.

"O cenário para investimentos em infraestrutura ainda está um pouco nebuloso, mas o consumo já está voltando. Muitos dos nossos clientes dependem do varejo, como por exemplo, armazéns de materiais de construção", pontua Trevizam.

Produzidas nas fábricas da Caterpillar na China, as máquinas da SEM prometem custo mais baixo de aquisição e de manutenção, porém, com a chancela do grupo norte-americano. "Nossos produtos são projetados e desenvolvidos pela Caterpillar, mas com um custo mais acessível", garante.

O executivo destaca que a rede de distribuidores também é a mesma das máquinas CAT, entretanto, com revendedores diferentes. "A necessidade de atendimento não é a mesma."

Lançamentos

A SEM lança hoje no Brasil sua nova família de carregadeiras. "O casamento entre a Caterpillar e a SEM ficou muito evidente", afirma Trevizam. Além disso, a marca terá uma integração maior com o centro de distribuição de peças do grupo em Piracicaba (SP). "Anteriormente, quando o estoque do revendedor acabava, ele precisava fazer o pedido na China. Hoje, busca diretamente em nosso CD em São Paulo."

Segundo ele, essa mudança traz rapidez e contribui para sedimentar a marca no Brasil. "Ainda existe uma certa resistência em relação ao produto chinês, mas apesar desse estereótipo, a China se preparou para ser a maior base produtiva do mundo e a Caterpillar tem mais de dez fábricas no país asiático", revela.

Porém, a questão do crédito poderia ser um obstáculo para o crescimento exponencial da marca, já que, importadas, as máquinas da SEM não podem ser vendidas com o financiamento do BNDES para bens de capital (Finame). "Mas nós trabalhamos com o Banco Caterpillar e com outras linhas do mercado. Como nossos preços são muito bons, conseguimos ser bastante competitivos", assegura o executivo.

Camex reduz para 2% taxa de importação de anidro e de chapas de alumínio

31/01/2018 – Fonte: Tribuna PR

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) reduziu para 2%, por um período de 12 meses, a alíquota do Imposto de Importação incidente sobre três ex-tarifários: anidro para fabricação de detergentes em pó por secagem em torre spray e por dry mix; chapas e tiras, folheadas ou chapeadas em uma ou em ambas as faces, obtidas por laminação de chapas de diferentes ligas de alumínio; e folhas e tiras, folheadas ou chapeadas em uma ou em ambas as faces, obtidas por laminação de folhas de diferentes ligas de alumínio.

A decisão da Camex consta de resolução divulgada na edição desta quarta-feira, dia 31, do Diário Oficial da União (DOU). Sem a redução, as alíquotas originais cobradas sobre os produtos são de 10%, 12% e 12%, respectivamente.

ArcelorMittal vê demanda global de aço crescendo até 2,5% 2018, com destaque para Brasil

31/01/2018 – Fonte: Reuters

A ArcelorMittal, maior siderúrgica do mundo, previu nesta quarta-feira que o mercado global para o aço vai crescer entre 1,5 e 2,5 por cento em 2018, com expansão em todas as regiões, exceto a China.

O consumo aparente de aço, que exclui o impacto de alterações nos estoques, deve crescer principalmente no Brasil, com expectativa de expansão entre 6,5 a 7,5 por cento.

A empresa disse que a demanda chinesa deve variar este ano entre queda de 0,5 por cento e crescimento de 0,5 por cento.

A demanda nos Estados Unidos deve crescer entre 1,5 e 2,5 por cento e na União Europeia a expansão projetada é de 1 a 2 por cento.

Brasil tem potencial para 150 mil carros elétricos por ano

31/01/2018 – Fonte: Automotive Business



O Brasil tem potencial para absorver apenas 150 mil **carros eletrificados** por ano. Esta é a conclusão de estudo feito pela Accenture em parceria com a FGV Energia, que destaca que, localmente, estes modelos têm preço elevado e, portanto, só atraem consumidores das classes A e B. A análise leva em conta que só 2,2 milhões de brasileiros têm renda bruta superior a 20 salários mínimos e assume que só um terço deste grupo optaria por ter um carro elétrico, com taxa de renovação de cinco anos.

Segundo o estudo, só seria possível elevar este potencial com a oferta de incentivos governamentais para a compra destes modelos. Atualmente o único desconto oferecido a estes carros é a redução da alíquota de 35% do Imposto de Importação, que varia entre zero e 7% para elétricos e híbridos. Ainda assim, estes veículos pagam tarifa maior de IPI do que modelos a combustão. Enquanto isso, internacionalmente estas tecnologias são fortemente estimuladas.

O relatório destaca que na China, que enfrenta o desafio de reduzir as emissões de poluentes, os carros elétricos são oferecidos com incentivo monetário que vai de US\$ 6 mil a US\$ 10 mil, além de isenção nos impostos de aquisição. Na Holanda, por exemplo, quanto menos o automóvel emite, menor é a taxa de licenciamento, podendo chegar a zero.

ETANOL É A SOLUÇÃO PARA O BRASIL

O estudo da Accenture com a FGV avalia o cenário global e o brasileiro de veículos elétricos. Uma das conclusões do documento é de que a eletrificação será parte essencial da evolução do automóvel nos próximos anos.

Assim, o Brasil não poderá ficar de fora deste caminho, ainda que conte com o etanol como relevante solução ambiental. “Os veículos flex já contribuem fortemente para a redução das emissões no setor de transportes brasileiro há quase duas décadas. Diferentemente de outros países, não é necessária tanta pressa na adoção dos veículos elétricos para que se cumpra a agenda climática de redução de emissões.”

Com essa vantagem nas mãos, o estudo indica que o Brasil poderá desenvolver novas tecnologias para eletrificar a sua frota nos próximos anos, como carros híbridos com motores flex e elétricos e automóveis a célula de etanol. Estas soluções, indica o relatório, teriam ainda como vantagem o aproveitamento da infraestrutura de abastecimento que já existe, além da cadeia produtiva do biocombustível.

13 MILHÕES DE CARROS ELÉTRICOS EM 2020

A estimativa é de que, em 2020, a frota global de carros elétricos chegue a 13 milhões de unidades – um salto importante na comparação com 2011, quando apenas 50 mil modelos com a tecnologia estavam em circulação no mundo. O número de eletropostos também passa por expansão rápida e chegou a 1,45 milhão em 2015.

Segundo a análise, nos próximos anos os números serão impulsionados por políticas que restringem as vendas de carros a combustão. A Noruega é o país com a meta mais apertada: o objetivo é permitir o emplacamento apenas de veículos eletrificados a partir de 2025. Em seguida aparece a Alemanha, que a partir de 2030 vai banir automóveis equipados somente com motor a combustão.

Honda CG 160 Cargo recebe freios com CBS

31/01/2018 – Fonte: Automotive Business

Moto voltada ao trabalho ficou mais segura; preço sugerido é de R\$ 8.990



A **Honda CG 160 Cargo** chega às revendas na versão 2018, agora com freios combinados **CBS**. A moto tem preço sugerido de R\$ 8.990. A CG 160 Cargo utiliza motor flex de 162,7 cc, que produz 15,1 cavalos quando abastecido com etanol e 14,9 cv com gasolina.

O tanque comporta 16,1 litros e o painel digital inclui hodômetro parcial e marcador de combustível. A garantia é de um ano. Os freios CBS não impedem o travamento das rodas como o ABS, mas também aumentam a segurança porque ajudam a reduzir a distância de parada.

No caso da linha CG e de outros modelos, quando o piloto pressiona o pedal do freio traseiro, o dianteiro também é parcialmente acionado.

De acordo com a resolução 509 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), todas as motos com cilindrada até 299 cc produzidas a partir de 2019 terão de sair de fábrica com CBS ou ABS. Para as motocicletas de 300 cc ou mais o ABS será obrigatório.